

7º seminário integrado de
software e
hardware



21 a 25 de julho de 1980
FEC / UNICAMP

Promoção

- SBC / Sociedade Brasileira de Computação

Patrocínio

SEI / Secretaria Especial de Informática

FEC / Faculdade de Engenharia de Campinas

- UNICAMP / Universidade Estadual de Campinas

004.06
S471

TITULO

PRESERVAÇÃO DE RESTRIÇÕES DE INTEGRIDADE E SEGURANÇA EM BANCO DE DADOS

AUTORES: LUCAS MORTIMER MACEDO
A. L. FURTADO

APRESENTADOR: LUCAS MORTIMER MACEDO

ENTIDADE: Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

RESUMO

Este trabalho apresenta, através de um exemplo, uma metodologia para projeto de banco de dados levando em consideração:

- integridade de dados
- segurança de acesso
- facilidades operacionais para os usuários

No exemplo adotou-se o modelo relacional e foi utilizado o sistema HYADES de gerência de banco de dados, desenvolvido na PUC/RJ. Entretanto a metodologia independe da escolha do modelo e pode ser usada com qualquer sistema de gerência de banco de dados.

Agradecimentos

Esta pesquisa teve o apoio financeiro da Plandata Consultoria e Processamento Ltda., do CNPq e da IINEP. Os autores agradecem a A. Rubinstein pela formatação do texto.

1. Introdução

Em todo banco de dados devem ser consideradas regras que determinam se os dados estão ou não corretos. Essas regras são denominadas restrições de integridade. Uma restrição de integridade pode ser violada pela execução (criação, remoção ou modificação de registros).

Por outro lado, existem regras que definem quais usuários tem direito de ter acesso a quais partes do banco de dados. Essas regras são chamadas de restrições de autorização. Uma restrição de autorização pode ser violada pela execução de operações de consulta ou de atualização por usuários não autorizados. Da obediência a essas restrições depende a segurança do banco de dados.

Vários métodos tem sido propostos para impedir a violação dos dois tipos de restrições, alguns tendo sido incorporados aos sistemas de gerência de banco de dados (SCBDs), como o Sistema-R [AST] e o sistema INGRES [STO]. Ambos são de disponibilidade muito limitada. Os SCBDs de uso corrente no mercado dispõem de facilidades menos poderosas, em grau variado.

Quando não se pode ou não se deseja (por considerações de custo/benefício) impedir cada execução indevida de operações, uma segunda solução é a de auditar o banco de dados periodicamente. Isso significa que algum programa para este fim é executado de tempos em tempos, examinando os dados e detetando as violações de restrições ocorridas. Esta orientação implica em permitir que o banco de dados esteja incorreto durante o intervalo de tempo entre duas auditorias, e também que manipulações por usuários não autorizados não sejam surpreendidas imediatamente.

Uma terceira solução, proposta neste trabalho, consiste em limitar o acesso ao banco de dados a um determinado número de funções (sub-programas, procedimentos, rotinas) pré-programadas, sendo permitido a cada usuário (ou classe de usuários) o uso de apenas um sub-conjunto especificado dessas funções.

Para que se avalie o que significa esta abordagem é interessante comparar dois tipos de SCBDs

- os sistemas abertos, tais como IMS, TOTAL, ADABAS, DMS-II, IDMS, etc., que contem comandos básicos através dos quais se pode compor qualquer transação (conjunto de operações) de atualização ou consulta;

- os sistemas fechados, tais como os sistemas de reserva de passagens aéreas, reserva em hotéis, etc., que contem um conjunto fixo pré-determinado de transações.

Essencialmente a solução que propomos nos coloca em um ponto intermediário quanto a esses dois tipos de sistemas. Estaremos usando um SCBD aberto para nele programar funções

correspondendo a um elenco pré-determinado de transações; entretanto sempre que houver necessidade é possível (embora demande a tomada de certas providências pelo Administrador de Banco de dados - ABD) aumentar esse elenco ou reduzi-lo.

Devemos advertir ao leitor de que os problemas que surgem com o uso concorrente e com sistemas distribuídos não serão considerados neste trabalho.

A seção 2 discute a metodologia em detalhe, a seção 3 a apresenta através de um exemplo e a seção 4 contem as conclusões. O apêndice contem uma função de consulta e uma de atualização.

2. Descrição da metodologia

Para o projeto de banco de dados vamos seguir a arquitetura em tres níveis de esquemas, conforme a proposta de padronização do grupo ANSI/X3/SPARC [ANS]:

- esquema conceitual - descrição em termos lógicos de banco de dados completo;

- esquemas externos - descrição em termos lógicos de banco de dados a que cada usuário (ou classe de usuários) tem acesso;

- esquema interno - descrição em termos de implementação física de banco de dados completo.

A figura F-2.1 representa essa arquitetura, sendo que as setas indicam que os esquemas respectivos devem ser exprimíveis um em termos do outro.

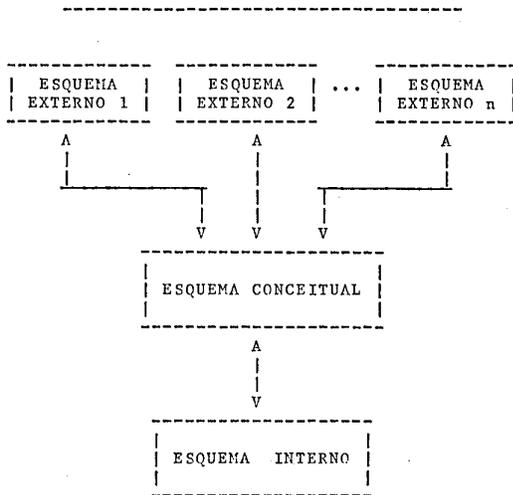


Figura F-2.1 Arquitetura em tres niveis de esquema.

Como usaremos no exemplo o modelo relacional [COD], o esquema conceitual toma a forma de um conjunto de relações base. No esquema interno cada relação base corresponde a um segmento (arquivo) de dados, sendo também utilizados segmentos de inversões para acesso mais rápido aos segmentos de dados; segmentos de dados e de inversões são disponíveis no sistema HYADES [PAS], utilizado para implementar o exemplo.

Cada esquema externo consiste de um conjunto de visões. Uma visão é obtida através de projeções, junções, uniões, restrições, partições ou de partições [PKE] realizadas sobre relações base. No entanto, para um usuário, uma visão tem o mesmo aspecto de uma relação base já que os usuários não precisam ter conhecimento de como as visões são formuladas. Esse aspecto é o de uma simples tabela.

Agora vejamos como são especificadas as funções de consulta e de autorização.

A cada visão corresponde uma função de consulta, que essencialmente obtém a visão a partir das relações base e a exibe ao usuário (por impressão ou através da tela do terminal). Na realidade nossa implementação é um pouco mais flexível, permitindo que o usuário especifique um ou mais valores dos atributos da visão de modo que somente as tuplas (linhas da tabela de que consiste a visão) contendo esses valores sejam exibidas. Nas Conclusões indicaremos como uma flexibilidade ainda maior poderia ser obtida.

As funções de atualização se aplicam também sobre visões. Ao programa-las devem ser previstos os seguintes elementos, de modo a garantir a preservação das restrições de integridade:

- condições - que, se não forem verificadas, levam a função a simplesmente retornar um código de advertência avisando ao usuário de que a atualização não pode ser efetuada;

- efeitos - que correspondem às operações de atualização que o usuário pretende executar;
- efeitos colaterais - que são outras atualizações complementares, não diretamente pretendidas pelo usuário, mas que são requeridas para a preservação da integridade.

Enquanto para consulta o usuário tem acesso a todos os atributos das visões de seu esquema externo, para atualização ele poderá estar limitado a alguns atributos apenas.

Ao escrever um programa de aplicação, o usuário incluirá uma ou mais chamadas a uma ou mais funções de consulta e/ou atualização. Na implementação que efetuamos usando o sistema HYADES um programa de aplicação tem o aspecto de um programa qualquer em PL/I. Como consequência secundária da metodologia adotada ficam assim reduzidas as necessidades de treinamento dos programadores, os quais não precisam aprender o uso do SGBD utilizado, bastando que saibam como chamar as funções; a implementação também envolve um procedimento catalogado na linguagem de controle (JCL) que dispensa a declaração dos arquivos do HYADES e de outras informações requeridas pelo HYADES e pelo sistema operacional.

Afora isso, o programador só deverá ter um cuidado especial, requerido para garantir as restrições de autorização: o primeiro comando executável deverá ser uma chamada ao módulo HYAFICIN. Esse módulo efetua uma série de inicializações, das quais a mais importante para a presente discussão é trazer para posições da memória principal compartilhadas por HYAFICIN e pelas funções (mas não pelo programa de aplicação do usuário) informações sobre o usuário que estão gravadas em um segmento de dados especial constituindo a relação de autorizações.

Cada tupla (linha, registro) da relação de autorizações corresponde a um usuário, indicando para esse usuário:

- nome do usuário;
- sua senha;
- seu cargo;
- funções que está autorizado a utilizar.

Este último elemento tem a forma de um vetor de bits em que cada conjunto de bits (um byte na implementação) corresponde a uma visão e cada bit do conjunto corresponde a uma função sobre a visão (na implementação sobram bits nos diversos bytes, possibilitando expansões futuras por acréscimo de novas funções). O primeiro bit de cada conjunto designa a (única por visão) função de consulta, e os demais as de atualização. Se o bit tem valor 1, o usuário está autorizado a chamar a função.

Voltemos à execução dos programas de aplicação. O módulo HYAFICIN lê o nome e senha do usuário (fornecidos por cartão ou teclado) e os utiliza como chave para localizar a tupla do usuário na relação de autorizações, trazendo-a para a memória. Se não se tratar de usuário reconhecido pelo sistema a execução é interrompida. Caso contrário prossegue e, ao ser chamada cada função, testes programados no início da função verificam por consulta ao vetor de bits se o usuário está autorizado a chama-la; se não estiver, a execução da função se interrompe sendo retornado um código de advertência.

Uma medida adicional de segurança adotada na implementação foi a codificação ("encryption") do nome e senha do usuário, efetuada pelo sistema, preliminar ao acesso à relação de autorizações.

Certamente as medidas adotadas não tornam totalmente impossível a violação à segurança, mas a dificultam a um nível considerável. O sucesso da metodologia depende ainda:

- de os usuários serem instruídos sobre o uso das funções;
- de a empresa impor como norma que tais instruções devem ser seguidas rigorosamente;
- de os comandos básicos do SGBD não serem disponíveis aos usuários de aplicações.

A metodologia dá ênfase ao papel do ABD, ao qual (ou a cuja equipe) compete especificar e programar as funções usando o SGBD e criar e modificar a relação de autorizações; para este último fim a implementação prevê funções privilegiadas que só o ABD pode utilizar.

Para programar as funções o ABD precisa conhecer as relações base (esquema conceitual) e como estão implementadas (esquema interno). Em particular, cabe-lhe decidir que arquivos de inversões devem existir para otimizar o tempo de acesso, levando em conta a frequência das operações. Por outro lado, o programador de aplicações não tem conhecimento disso e, se o banco de dados for reestruturado, seus programas de aplicação não precisam ser reescritos, desde que as sequências de chamada de suas funções (nome da função e parâmetros) não tenham sido alteradas; isso é verdade mesmo que o corpo das funções tenha sido alterado (pelo ABD). Em consequência, um outro benefício indireto da metodologia é uma maior independência dos programas quanto à estrutura de dados ("data independence").

O ABD conhecerá também todos os esquemas externos, estando assim em condições de disciplinar a interferência entre usuários, fenômeno que ocorre quando dois ou mais esquemas externos compartilham partes do banco de dados.

3. Um exemplo

O exemplo implementado é o caso hipotético da área de pessoal de uma pequena companhia industrial [FSA].

Supõe-se, que feita a análise do sistema de informações, foram identificadas as seguintes entidades e seus atributos:

- empregados
 - N - nome do empregado
 - S - salário
 - C - cargo
 - H - habilitação
- projetos
 - P - nome do projeto
 - T - tarefa
 - L - líder do projeto
 - H - habilitação requerida por tarefa

O esquema conceitual consiste das seguintes relações base:

- EMP(N,S,C) - nome, salário e cargo do empregado
- REQ(T,H) - requisito de habilitação para executar tarefa
- ATR(N,T,P) - atribuição de empregado em projeto a tarefa
- SUP(P,L) - supervisão de projeto por um líder
- CAP(N,H) - capacitação (habilitações) possuídas ou adquiridas por empregados

Os usuários do banco de dados são:

- gerente de pessoal
- gerente de engenharia
- gerente de treinamento
- líderes de projetos

A análise do sistema de informações também deteta que dados deverão ter acesso autorizado a quais usuários para simples consulta ou para consulta e atualização, e que restrições de integridade serão impostas.

Os quadros Q-3.1 e Q-3.2 mostram:

- os esquemas externos dos usuários;
- para cada função de atualização, as condições, efeitos e efeitos colaterais respectivos.

USUÁRIO/VISÃO	DESCRIÇÃO
GPE V-LIVRE (N,S,C)	empregados não associados a projetos. É obtida de EMP, selecionando as tuplas (n,s,c) tais que n não aparece nenhuma tupla de ATR. Operações: ADMITA, DESPICA.
V-OCUP (N,S,C)	empregados associados a pelo menos um projeto. É obtida de EMP selecionando as tuplas tais que n aparece em pelo menos uma tupla de ATR. Sem operações.
GEN V-NECESS (T,H)	habilitação necessária para desempenhar uma tarefa. É idêntica a REQ. Operações: REQUEIRA, REMOVA.
V-QUAL (N,C,H)	qualificações dos empregados. É obtida concatenando as tuplas de EMP e CAP com o mesmo n. Sem operações.
V-PROJ (P,L)	projetos e seus líderes. É idêntica a SUP. Operações: INICIE, SUBSTITUA, SUSPENDA, REINICIE, ENCERRE.
V-DISTR (N,T,P)	distribuição de empregados a projetos e tarefas. É idêntica a ATR. Operações: ASSOCIE, DESASSOCIE.
GRH V-REC.HU (N,C,H)	recursos humanos. É obtida de EMP e CAP concatenando tuplas com o mesmo n. Operações: ADQUIRA, PERCA.
V-UTIL (H)	habilitações requeridas por pelo menos uma tarefa. É obtida tomando o domínio H de REQ, sem operações.
LPJ V-EQUIPE-p (N,C,H)	empregados no projeto p. É obtida de EMP e CAP concatenando tuplas com o mesmo n e tomando somente as tuplas tais que (n,p) está em ATR e (p,l) está em SUP, sendo l o usuário (somente o líder do projeto está autorizado a ter tais informações referentes ao seu projeto). Sem operações.
V-ALOC-p (N,T)	alocação de empregados a tarefas no projeto p. É obtida de ATR tomando apenas as tuplas (n,p) tais que (p,l) está em SUP, sendo l o usuário, e tomando apenas os domínios N e T. Operações: ENCARREGUE, LIBERE.
V-TAREFA-p (T,H)	exigência de habilitação para tarefa. É idêntica a REQ. Sem operações.

Quadro Q-3.1 Visões dos usuários autorizados.


```

COD = SELINV('NOMEATR',4,
            REGISTRO_EMP,1,1,DUH239,
            ID_ARQDUM, ID_REGATR);
IF COD = 8
  THEN DO; /* (N,T,P) NAO ESTA ATR */
  PUT SKIP(2) EDIT /* LIVRE = NOME */
            REGISTRO_EMP,1,
            /* SALARIO = */
            REGISTRO_EMP,2,
            /* CARGO = */
            REGISTRO_EMP,3;
            (COL(1),A,A,A,P'99',A,A);
CODIGO = 40;
COD = 0;
END;
ELSE IF COD = 0
  THEN CODIGO = COD; /* ERRO HYADES */
  IF X
  THEN COD = 99; /* PARA SAIR DO LOOPING */
  END;
IF COD = 0
  THEN COD = SELINV('NOMEEMP',2,NOME||DUH239,
                  ID_ARQDUM, ID_REGEMP);
  RID;
END;
/* 5. LIBERACAO DOS SEGMENTOS (RELAÇÕES) UTILIZADAS. */
COD = SELINV('NOMEEMP',9,NOME||DUH239, ID_ARQDUM, ID_REGEMP);
COD = SELINV('NOMEATR',9,NOME||DUH239, ID_ARQDUM, ID_REGATR);
COD = SELAD('EMPT',1,9, ID_REGEMP, REG_EMP);
END;
RETURN(CODIGO);
END LIVRE;

```

```

DCL VET_AUT(96) BIT(1) EXTERNAL; /* VETOR AUTORIZACOES */
FIXDESP BIN FIXED EXTERNAL; /* INDICE DE VET_AUT */
/*DECLARACOES DE VARIAVEIS AUXILIARES */
DCL (COD, CODIGO) BIN FIXED;
/*ESTRUTURA PRINCIPAL */
IF VET_AUT(HEXDESP) = '0'B
  THEN CODIGO = 62; /* USUARIO NAO AUTORIZ. */
ELSE DO;
  P_EMP = ADDR (REG_EMP);
  P_CAP = ADDR (REG_CAP);
  P_ATR = ADDR (REG_ATR);
  COD = SELINV ('NOMEEMP',4,NOME || DUH239, ID_ARQDUM, ID_REGEMP);
  IF COD = 0
  THEN CODIGO = 46; /* EMPREGADO N. EXISTE */
  ELSE DO;
    COD = SELINV ('NOMEATR',4,NOME || DUH239, ID_ARQDUM, ID_REGATR);
    IF COD = 0
    THEN CODIGO = 51; /* N. VINCULADO A PROJETO */
    ELSE DO;
      IF COD = 8
      THEN CODIGO = COD; /* ERRO HYADES */
      ELSE DO;
        COD = REMDAD ('EMPT', ID_REGEMP);
        IF COD = 0
        THEN CODIGO = COD; /* ERRO HYADES */
        ELSE DO;
          CODIGO = 40; /* TERMINO NORMAL */
          COD = SELINV ('NOMEEMP',4,NOME || DUH239,
                    ID_ARQDUM, ID_REGEMP);
          IF COD = 0
          THEN DO WHILE (COD = 0 ^ ID_REGEMP = 0);
            COD = REMDAD ('CAPT', ID_REGEMP);
            IF COD = 0
            THEN CODIGO = COD;
            ELSE DO;
              COD = SELINV ('NOMEEMP',5,NOME || DUH239,
                        ID_ARQDUM, ID_REGEMP);
              END;
              COD = SELINV ('NOMEATR',9,NOME || DUH239,
                        ID_ARQDUM, ID_REGATR);
              RID;
            END;
          COD = SELINV ('NOMEATR',9,NOME || DUH239, ID_ARQDUM, ID_REGATR);
          END;
          COD = SELINV ('NOMEEMP',9,NOME || DUH239, ID_ARQDUM, ID_REGEMP);
          END;
          RETURN(CODIGO);
        END DESPECA;
      END;
    END;
  END;

```

```

DESCRICA: PROC (NOME) RETURN(S (BIN FIXED)); /* 15.03.80 */
/****** EFEITO:
RETIRAR DOS ARQUIVOS OS DADOS REFERENTES A UM EMPREGADO,
OU A UM EMPREGADO POSSA SER DESPEDI DO, E NECESSARIO
QUE NAO ESTEJA VINCULADO A NENHUM PROJETO(S).
PARAMETRO DA PROCEDURE:
NOME: NOME DO EMPREGADO QUE DEVERA SER DESPEDI DO.
ALFABETICO COM 10 POSICOES.
CODIGOS DE RETORNO:
CODIGO = 40 - FUNCIONARIO NAO ENCONTRADO.
CODIGO = 46 - TENTATIVA DE DEMITIR UM EMPREGADO INEXISTENTE.
CODIGO = 51 - TENTATIVA DE DEMITIR UM EMPREGADO VINCULADO
A UM PROJETO.
CODIGO = 62 - USUARIO NAO AUTORIZADO A UTILIZAR ESTA FUNCAO.
*****/
/*DECLARACAO DO PARAMETRO DA PROCEDURE */
DCL NOME CHAR (10);
/*DECLARACOES DAS PROCEDURES EXTERNAS ATIVADAS */
DCL SELAD ENTRY (CHAR(7), PIC '(6)9',
                CHAR(50));
DCL REMDAD RETURN(S (BIN FIXED));
ENTRY (CHAR(7), PIC '(6)9');
DCL SELINV RETURN(S (BIN FIXED));
ENTRY (CHAR(7), PIC '(6)9', CHAR(249),
      CHAR(7), PIC '(6)9');
/*DECLARACOES DOS PARAMETROS DAS PROCEDURES EXTERNAS */
/* DESCRICAO DE RELACAO - SISTEMA HYADES DE BANCO DE DADOS */
/* SEGMENTO : EMP - EMPREGADOS DA EMPRESA */
/* TUPLAS : (N,S,C) - NOME, SALARIO, CARGO */
/* MEMBRO : REGEMP */
DCL REG_EMP EXTERNAL CHAR (50); /* REG_EMP - EXTERNAL */
DCL P_EMP POINTER; /* POINTER */
DCL 1 REGISTRO_EMP BASED (P_EMP); /* ESTRUTURA - 15 BYTES */
2 H CHAR (10); /* NOME DO EMPREGADO */
2 S DFC FIXED (02); /* SALARIO */
2 C CHAR (3); /* CARGO */
/*-----*/
/* DESCRICAO DE RELACAO - SISTEMA HYADES DE BANCO DE DADOS */
/* SEGMENTO : ATR - ATRIBUICOES DE TAREFAS NOS PROJETOS */
/* TUPLAS : (N,T,P) - NOME, TAREFA, PROJETO */
/* MEMBRO : REGATR */
DCL REG_ATR EXTERNAL CHAR (50); /* REG_ATR - EXTERNAL */
DCL P_ATR POINTER; /* POINTER */
DCL 1 REGISTRO_ATR BASED (P_ATR); /* ESTRUTURA - 35 BYTES */
2 H CHAR (10); /* NOME DO EMPREGADO */
2 T CHAR (15); /* NOME DA TAREFA */
2 P CHAR (10); /* NOME DO PROJETO */
/*-----*/
/* DESCRICAO DE RELACAO - SISTEMA HYADES DE BANCO DE DADOS */
/* SEGMENTO : CAP - HABILITACOES DOS EMPREGADOS */
/* TUPLAS : (N,H) - NOME, HABILITACAO */
/* MEMBRO : REGCAP */
DCL REG_CAP EXTERNAL CHAR (50); /* REG_CAP - EXTERNAL */
DCL P_CAP POINTER; /* POINTER */
DCL 1 REGISTRO_CAP BASED (P_CAP); /* ESTRUTURA */
2 H CHAR (10); /* NOME DO EMPREGADO */
2 H CHAR (15); /* HABILITACAO */
/*-----*/
DCL (ID_REGEMP,
      ID_REGATR,
      ID_REGCAP)
      PIC '(6)9',
      ID_ARQDUM CHAR (7);

```